

## PREVIDÊNCIA

# Força-tarefa evita prejuízo de R\$ 393,8 bi

O trabalho conjunto do Ministério da Previdência Social, da Polícia Federal (PF) e do Ministério Público Federal (MPF) evitou prejuízo de R\$ 393,8 bilhões à Previdência Social em 2024. As perdas foram evitadas graças a 74 ações conjuntas da Força-Tarefa Previdenciária,

sendo 52 operações especiais e 22 flagrantes. O valor projetado, informou a Coordenação-Geral da Inteligência da Previdência Social (CGINP), considera pagamentos que poderiam ser efetuados a supostos beneficiários caso não houvesse a ação da força-tarefa no combate a

esquemas criminosos. No ano passado, foram cumpridos 344 mandados judiciais, dos quais 99 mandados de prisão (quatro contra servidores públicos) e um de afastamento das funções públicas. A força-tarefa também cumpriu 277 mandados de busca e apreensão. **PÁGINA 3**

## TURISMO

JOSÉ CRUZ/ABRASIL



## Sabino assume presidência de Conselho da ONU

O ministro do Turismo, Celso Sabino (foto), assume hoje, a presidência do Conselho Executivo da ONU Turismo, tornando-se o primeiro brasileiro a ocupar esse cargo desde a criação do órgão, em 1975. Ele foi eleito durante a 122ª Reunião do Conselho, realizada no ano passado em Cartagena, na Colômbia, com votos de representantes de 35 países. O mandato de Sabino, que terá duração de um ano, coloca o Brasil no centro das decisões globais sobre turismo. Ele liderará discussões estratégicas relacionadas a sustentabilidade, mudanças climáticas, digitalização do setor, atração de investimentos e qualificação profissional. O ministro destacou nas redes sociais a importância da nova função: "Uma honra enorme presidir o Conselho Executivo da ONU Turismo! Estarei representando o Brasil ao liderar as decisões estratégicas que impactam o setor global". **PÁGINA 5**

## ESTADOS

# Renegociação de dívidas pode impactar União em R\$ 106 bi

O impacto para a União do projeto recentemente sancionado de renegociação da dívida dos estados pode chegar a quase R\$ 106 bilhões num período de cinco anos, entre 2025 e 2029, de acordo com cálculos do Tesouro Nacional divulgados ontem. A secretaria produziu uma nota técnica simulando os efeitos do Programa de Pleno Pagamento

da Dívida dos Estados (Propag) nas contas do Executivo, que foi sancionado na última semana, com vetos para garantir que o resultado primário do governo não seja afetado. A adesão dos estados ao novo programa permite a redução da taxa de juros dos contratos, partindo da amortização extraordinária dos saldos devedores. **PÁGINA 2**

## MEIO AMBIENTE

JOSE CRUZ/ABRASIL



# Diplomata André Corrêa será presidente da COP30

O diplomata André Corrêa do Lago (foto) será o presidente da 30ª Conferência do Clima das Nações Unidas (COP30, na sigla em inglês), em Belém (PA). Ana Toni, secretária de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente, será a diretora-executiva. O anúncio foi realizado pela secretária-geral do Ministério das Relações Exteriores, Maria Laura da Rocha - que comanda o ministério temporariamente enquanto Mauro Vieira está fora -, pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e pelo próprio André Corrêa do Lago no Palácio do Planalto. Corrêa do Lago afirmou que o Brasil pode ter um "papel incrível" na COP30. Afirmou que é uma honra ocupar o cargo e agradeceu a escolha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Também disse que o governo de Donald Trump à frente dos Estados Unidos terá impacto sobre a Conferência do Clima, e mencionou a saída do país do acordo de Paris - um dos principais tratados ambientais vigentes. A COP30 será realizada entre 10 e 21 de novembro. O governo federal vem sendo pressionado para acelerar definições sobre o evento. Estavam cotados para a presidência o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. **PÁGINA 5**

## SÃO PAULO

## Secretário terá de explicar o não uso de câmeras

PÁGINA 4

## CIDADANIA

# Estados recorrem de decisão de Trump

Procuradores-gerais de 18 estados, além do Distrito de Columbia e da cidade de São Francisco, entraram com uma ação ontem, para barrar uma ordem executiva do presidente Donald Trump que visa eliminar a cidadania por nascimento nos EUA, que garante que crianças nascidas no país são cidadãs, independentemente do status de seus pais. A medida, assinada na segunda-feira, é parte das promessas de campanha de Trump, mas enfrenta forte oposição e deve

desencadear uma longa batalha judicial. O procurador-geral de Nova Jersey, Matt Platkin, destacou que o presidente não tem poder para invalidar a 14ª Emenda, enquanto William Tong, procurador-geral de Connecticut, disse que "o fato de Trump estar completamente errado não o impedirá de causar sérios danos agora às famílias americanas". Grupos de defesa dos imigrantes, como a União Americana pelas Liberdades Civis, também recorreram à Justiça. **PÁGINA 6**

## INDICADORES

IBOVESPA 0,32% / 123.245,10 / 389,95 / Volume: 16.645.130.188 / Negócios: 3.462.968				Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.412,00	IGP-M	0,94% (dez.)	EURO turismo									
Mais Negociados				Majores Altas		Majores Baixas		UFIR-RJ	R\$ 4,5373	IPCA	0,52% (dez.)	Compra: 6,3635	Venda: 6,5435						
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Taxa Selic	(11/12)	12,25%	(11/12)	12,15%	DÓLAR Ptax - BC						
HAPVIDA ON NM	2,28	+0,44	+0,01	AMERICANAS ON NM	6,51	+12,24	+0,71	NFRACOMM ON NM	0,070	-12,50	-0,010	S&P 500	6,049,24	+0,88					
RAIZEN PN NZ	1,870	-3,11	-0,060	AERIS ON NM	6,930	+10,00	+0,630	AGROGALAXY ON NM	0,640	-12,33	-0,090	NASDAQ Composite	19,756,779	+0,64					
VALE ON NM	54,02	-0,50	-0,27	MERC INVEST PN	18,00	+8,63	+1,43	ONCOCLINICASON NM	2,040	-8,93	-0,200	Nasdaq 100	21,566,506	+0,58					
COSAN ON NM	7,75	+1,44	+0,11	HELBOR ON NM	1,48	+7,25	+0,10	NEOGRID ON NM	21,01	-6,62	-1,49	Euronext 100	1,518,92	-0,21					
AMBEV SA ON	11,25	+1,81	+0,20	OI PN N1	9,42	+6,80	+0,60	BRF SA ON NM	21,75	-6,61	-1,54	CAC 40	7,770,95	+0,48					
												Poupança		(22/01)	0,6117%	Compra: 6,2807	Venda: 6,2814	Compra: 6,0978	Venda: 6,2778

## MERCADOS



## Bovespa sobe pelo 3º dia e retoma os 123 mil pontos; dólar cai

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

No dia seguinte aos primeiros decretos do presidente Donald Trump nos Estados Unidos, a sessão foi de avanço para os índices de ações em Nova York e de recuo nos rendimentos dos Treasuries após os mercados americanos terem ficado fechados nesta segunda, 20, em observação ao feriado por Luther King. Aqui, A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) flutuou entre mínima de 122.289,95 e máxima de 123.461,68 na sessão, em que saiu de abertura aos 122.850,41 pontos. Ao fim, com ímpeto que o levou a 0,5% no melhor momento da tarde, o índice mostrava alta um pouco mais suave, de 0,39%, aos 123.338,34 pontos, com giro ainda fraco, a R\$ 16,6 bilhões. Foi o terceiro ganho consecutivo para o Ibovespa, que avança 0,81% na semana e 2,54% no mês.

À tarde, o Ibovespa (Índice Bovespa) lutou e conseguiu sustentar a linha dos 123 mil pontos em direção ao fechamento, no melhor nível do ano, mesmo na contramão de Vale (ON -0,50%) e sem apoio uníssono de Petrobras (ON -0,84%, PN +0,03%). Na ponta ganhadora, destaque nesta terça-feira para Usiminas (+5,36%), Brava (+4,26%) e Braskem (+3,57%). A marca de 123 mil pontos ainda não tinha sido vista em fechamento neste começo de 2025 em que o Ibovespa atingiu, ontem, o maior nível desde 17 de dezembro, então perto de 124,7 mil pontos. Na ponta perdedora, dois nomes do setor de proteína, BRF (-6,61%) e Mar-

frig (-4,04%), além de Raízen (-3,11%).

Em relatório mensal junto a gestores de recursos com foco na América Latina, o Bank of America (BoFA) aponta que a convicção quanto ao desempenho do Ibovespa em 2025 permanece baixa e que o dólar deve fechar o ano a R\$ 6,10, com a possibilidade de juros elevados nos Estados Unidos como principal fator de risco para os ativos latino-americanos.

## DÓLAR

Após subir pela manhã e ultrapassar a linha de R\$ 6,05, o dólar trocou de sinal no início da tarde e encerrou a sessão de ontem, em leve queda, na casa de R\$ 6,03. Com a agenda doméstica esvaziada, os negócios no mercado de câmbio foram guiados pelas repercussões dos primeiros atos de Donald Trump no início de seu segundo mandato presidencial.

O real, que na segunda-feira amargou avanço menor que o de pares, ontem recuperou terreno e se descolou do movimento negativo das divisas latino-americanas, em especial do peso mexicano, abalado pela menção de Trump a tarifas de 25% sobre importações do México a partir de 1º de fevereiro.

Com máxima a R\$ 6,068, pela manhã, e mínima a R\$ 6,0177 à tarde, o dólar à vista fechou a R\$ 6,0307, em queda de 0,19%. Foi o segundo pregão consecutivo de baixa da divisa, que já acumula desvalorização de 2,42% em janeiro, após ter avançado 2,98% em dezembro e encerrado 2024 com ganhos de 27,34%.

## ACSP

## Impostos chegam a 52% no preço de materiais escolares

MATEUS CERQUEIRA/AE

Os impostos sobre itens da lista de material escolar podem equivaler a até 52% do valor dos produtos, segundo levantamento realizado pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP), com base nos dados do Impostômetro. Conforme a análise do economista Ulisses Ruiz de Gamboa, do Instituto de Economia Gastão Vidigal (IEGV/ACSP), essa alta carga tributária tem impacto não apenas os preços dos materiais, mas também toda a cadeia de produtos escolares.

No ranking de itens escolares com maior incidência de tributação, a caneta é a campeã. O contribuinte paga o equivalente a 51,7% em impostos.

A lista segue com calculadora (43,43%), régua (43,91%),

tesoura (41,47%) e caderno (34,58%) entre os materiais com alto índice de tributos.

Apesar disso, a ACSP destaca que houve uma leve redução média das taxas de impostos em relação ao ano anterior, devido a algumas desonerações.

De acordo com Ruiz de Gamboa, os pais devem adotar estratégias para minimizar os custos da lista de materiais escolares.

"É essencial realizar uma pesquisa de mercado cuidadosa e comparar os preços antes de efetuar a compra. Além disso, recomendamos que os responsáveis se antecipem e comprem alguns itens antes mesmo de receberem a lista oficial, como forma de evitar impactos negativos no orçamento familiar", afirmou o economista.

## ESTADOS

# Renegociação de dívidas pode impactar União em R\$ 106 bi

FERNANDA TRISOTTO/AE

O impacto para a União do projeto recentemente sancionado de renegociação da dívida dos estados pode chegar a quase R\$ 106 bilhões num período de cinco anos, entre 2025 e 2029, de acordo com cálculos do Tesouro Nacional divulgados ontem.

A secretaria produziu uma nota técnica simulando os efeitos do Programa de Pleno Pagamento da Dívida dos Estados (Propag) nas contas do Executivo, que foi sancionado na última semana, com vetos para garantir que o resultado primário do governo não seja afetado.

A adesão dos estados ao novo programa permite a redução da taxa de juros dos contratos, partindo da amortização extraordinária dos saldos devedores, incluindo a transferência de ativos, e o compromisso de aplicação de recursos para investimentos em determinadas áreas, como educação, ou para o novo Fundo

de Equalização Federativa. Para conseguir reduzir os juros incidentes sobre o saldo, os governos regionais podem combinar essas medidas, o que possibilitará até que a taxa real de juros seja de zero - atualmente, essa taxa é de 4% ao ano.

Na nota técnica, o Tesouro ponderou que há diversas combinações possíveis e, por isso, optou por abordar dois cenários limites. A adesão dos estados ao programa pode representar perdas de R\$ 105,958 bilhões aos cofres federais para o caso de não haver nenhuma oferta de ativos e os juros sobre o serviço da dívida ficarem no patamar de 2% ao ano, no período de 2025 a 2029.

Segundo o documento, a diferença entre os fluxos de recebimento estimados será de R\$ 11,5 bilhões em 2025; R\$ 21 bilhões em 2026; R\$ 23,3 bilhões em 2027; R\$ 24,4 bilhões em 2028 e R\$ 25,7 bilhões em 2029.

Já o outro cenário avaliado pelo Tesouro considera que os estados reduziram em até 20%

o saldo devedor, inclusive com a entrega de ativos, mas a taxa de juro real seria de 0%. Neste caso, o impacto nas contas da União seria positivo em R\$ 5,485 bilhões, de acordo com os cálculos da secretaria.

Esse resultado positivo incorpora um pagamento de R\$ 162,5 bilhões com a amortização, "considerando que os Estados estariam transferindo ativos para a União em valores expressivos", de acordo com o Tesouro. Já o fluxo de pagamentos da dívida somaria R\$ 156,977 bilhões. A diferença entre esses dois componentes é que geraria o resultado positivo de R\$ 5,5 bilhões.

Esses números consideram o início dos efeitos financeiros do Propag em junho de 2025. A exceção é o Rio Grande do Sul, que entraria nesse novo modelo a partir de junho de 2027, depois de encerrado o período de suspensão do pagamento da dívida em virtude da tragédia das chuvas que acometeu o estado em 2024. Para os estados que já estão no

Regime de Recuperação Fiscal (RRF), foi aplicada regra de saída específica e, no caso do Rio de Janeiro, não se considerou efeitos de liminar obtida pelo ente junto ao Supremo Tribunal Federal.

"Com o Propag, apesar da redução potencial de recebimentos no futuro em função da redução de juros, a União espera a pacificação das relações federativas com os entes, bem como o aumento da previsibilidade de recebimento de ativos, buscando construir um futuro de menor litigiosidade e maior previsibilidade", diz o Tesouro em texto encaminhado junto da nota técnica.

A secretaria ainda reforça que para os Estados que aderirem ao Propag, há vantagens que vão além da redução dos fluxos de pagamento e reequilíbrio das contas, como os investimentos em áreas essenciais para a sociedade, como ensino médio profissionalizante, saneamento, habitação, políticas ambientais, transporte e segurança pública.

## PESQUISA

## Segundo semestre de 2024 foi melhor para a indústria

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

Um levantamento feito pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) indicou que 45,2% das 290 indústrias pesquisadas consideraram que o segundo semestre de 2024 foi melhor em comparação ao mesmo período do ano anterior. Outras 27,9% afirmaram que

a situação não mudou e 26,9% apontaram uma piora.

Segundo os dados, o volume de produção no segundo semestre foi considerado melhor por 44,1% das empresas. Para 28,1% foi igual e para 27,8%, pior.

Para 44,2% as vendas no mercado interno tiveram elevação, enquanto para 26,4% caíram e para 29,5% foram iguais. Para

53,7% as exportações se mantiveram no mesmo patamar. As vendas no mercado externo melhoraram para 24,8% e pioraram para 21,5%.

A pesquisa "Rumos da Indústria Paulista", mostra ainda que para o primeiro semestre de 2025, as indústrias paulistas esperam estabilidade em relação ao volume de produção (45,3%),

às vendas ao mercado interno (44,1%) e às exportações (53,7%). Quando questionadas se pretendem contratar em 2025, 65,2% dizem que não e 34,8% que sim.

A pesquisa foi realizada entre 02 e 18 de dezembro de 2024 e envolveu 290 indústrias de transformação de todos os portes, situadas no estado de São Paulo.

## UNCTAD

## Fluxo de investimento direto global cresce 11%; Brasil registra recuo

PATRICIA LARA/AE

O fluxo de investimentos estrangeiros diretos global totalizou US\$ 1,4 trilhão em 2024, o que representou um aumento de 11% ante 2023, calculou a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad, na sigla em inglês). O fluxo, contudo, caiu 8%, quando excluído do cálculo o volume das "economias conduítes" da Europa, um termo para países que servem como ponte para recursos e oferecem isenção fiscal ou

baixa tributação para os capitais.

As economias desenvolvidas mostraram um acentuado contraste, de acordo com o levantamento. A América do Norte observou um aumento de 13% do fluxo de IED, puxado pelo crescimento de cerca de 10% dos valores direcionados aos EUA, sob reflexo do valor mais elevado das fusões e aquisições no país.

Na Europa, o IED caiu 45%, quando excluídas as economias conduítes. Dos 27 membros da União Europeia, 17 notaram declínios, incluindo a Alemanha (-

60%), Espanha (-13%) e França (-6%). Mesmo os investimentos greenfield, vitais para o crescimento futuro, caíram 10% em toda a Europa, embora a região tenha registrado um aumento de 15% no valor total dos projetos, sinalizando a importância de alguns empreendimentos de grande escala.

## BRASIL

O IED da América Latina e das Caribe caiu 9%, em parte devido aos preços mais baixos de energia. O Brasil observou uma

queda de 5% do valor recebido como investimento estrangeiro direto, mas o país viu o número e os valores dos projetos greenfield aumentarem.

## CHINA

O IED para os países em desenvolvimento da Ásia caiu 7%, com os fluxos de entrada da China registrando uma queda de 29% pelo segundo ano, agora 40% abaixo do seu pico de 2022. Em contrapartida, a Índia conseguiu atrair recursos, registrando um aumento do IED de 13%.

## JANEIRO A DEZEMBRO

## Índice de Estoques da FecomercioSP sobe 0,5%

ANNA SCABELLO/AE

O Índice de adequação dos estoques (IE) na cidade de São Paulo avançou 0,5% na passagem de dezembro para janeiro, informou a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). Em relação a

igual mês do ano passado, o índice recuou 6,3%, a maior queda na base de comparação interanual desde fevereiro de 2023.

Em janeiro, a proporção de empresários que consideram ter uma situação adequada passou de 54,7% para 54,9%.

Entre os que veem os esto-

ques acima do adequado, a proporção diminuiu de 24,9% para 24,6%, enquanto a proporção de empresários que consideram ter estoques abaixo do adequado foi mantida (20,1%).

Entre as grandes empresas, a proporção dos que veem estoques adequados subiu de 62,9% em dezembro para 63,5%.

As empresas desse porte com estoque acima do adequado caiu de 20,2% para 20%, enquanto as com estoque aquém do adequado passaram de 15,7% para 15,3%.

Nas pequenas empresas, a proporção dos que veem estoques adequados subiu de 54,5% para 54,7%.

Diário do Acionista

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908  
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002  
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar  
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000  
Tel.: (11) 2655-1899

## Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

2024

# Força-tarefa evitou prejuízo de R\$ 393,8 bi à Previdência

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O trabalho conjunto do Ministério da Previdência Social, da Polícia Federal (PF) e do Ministério Público Federal (MPF) evitou prejuízo de R\$ 393,8 bilhões à Previdência Social em 2024. As perdas foram evitadas graças a 74 ações conjuntas da Força-Tarefa Previdenciária, sendo 52 operações especiais e 22 flagrantes.

O valor projetado, informou a Coordenação-Geral da Inteligência da Previdência Social (CGINP), considera pagamentos que poderiam ser efetuados a supostos beneficiários caso

não houvesse a ação da força-tarefa no combate a esquemas criminosos.

No ano passado, foram cumpridos 344 mandados judiciais, dos quais 99 mandados de prisão (quatro contra servidores públicos) e um de afastamento das funções públicas. A força-tarefa também cumpriu 277 mandados de busca e apreensão. Em relação aos flagrantes, as ações resultaram em 33 prisões.

Embora a CGINP estime em R\$ 221 milhões os pagamentos indevidos de benefícios fraudados, o valor seria muito maior sem a força-tarefa, chegando aos R\$ 393,8 bilhões projetados.

Para 2025, a coordenação está qualificando os servidores para identificarem fraudes por meio de crimes cibernéticos, que envolvem novas tecnologias.

Em todo o ano passado, a CGINP iniciou 80 análises de novos casos de fraudes e concluiu outros 79 casos, encaminhados para a investigação da Força-Tarefa Previdenciária. Com base nos relatórios enviados à força-tarefa, a Polícia Federal instaurou 46 inquéritos voltados à investigação contra fraudes previdenciárias estruturadas.

A maior ação conjunta no ano passado, informou o CGINP, foi a Operação Mercado

de Dados, que cumpriu 18 mandados de prisão preventiva e 29 de busca e apreensão em 24 cidades brasileiras e desarticulou três organizações criminosas que contratavam irregularmente empréstimos consignados a beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Estima-se que os criminosos tenham obtido R\$ 32,8 milhões por meio da exposição de dados dos segurados da Previdência Social que permitiu a contratação dos empréstimos. A CGINP ressalta que, na Operação Mercado de Dados, não houve prejuízo direto aos cofres públicos, mas às instituições financeiras.

ESTUDO

# Golpes com Pix no Brasil devem chegar a R\$ 11 bilhões em 2028

CLAYTON FREITAS/AE

Os golpes por Pix no Brasil devem atingir R\$ 11 bilhões em 2028, segundo projeção da ACI Worldwide, empresa especializada em serviços de tecnologia com meios de pagamentos. Segundo o estudo divulgado ontem, as perdas financeiras por golpes em formas de pagamento em tempo real - tais como o Pix - representam 63% de todas as perdas por fraude via aplicativos em todo o mundo. Em 2028, elas devem representar 80% do total.

Segundo o relatório divulgado ontem, denominado "2024 Scamscope - The Battle for Trust" ("Escopo de fraude 2024 - A Batalha pela Confiança", em tradução livre), quem deve liderar o ranking são os Estados Unidos, que devem amargar R\$ 12,46 bilhões em perdas financeiras por meios de pagamento instantâneos.

Para chegar a esses cálculos, eles informam que se valerem de informações públicas, tais como as disponíveis nos bancos centrais, além de associações de pagamento, relatórios de empresas e feeds de notícias

Além do Brasil e Estados Unidos, o estudo traz dados ainda de outros quatro países: Reino Unido, Índia, Austrália e Emirados

Árabes Unidos.

O comparativo é feito entre os anos de 2023 e 2028, demonstrando como será o comportamento das fraudes no período.

Em 2023, o Brasil era o quinto com mais golpes, segundo o levantamento, em fraudes que somavam R\$ 2,12 bilhões. A liderança era dos Estados Unidos, com R\$ 5,23 bilhões.

Se as projeções da empresa se confirmarem, proporcionalmente, a maior evolução das fraudes deve ocorrer nos Emirados Árabes, num salto de 277,436%, segundo dos Estados Unidos, num avanço de 138,15%, e Austrália, com 52,07%.

Em seguida aparecem o Brasil, com elevação de 52,5, Reino Unido (35,12%), e Índia, com 32,23%.

DARK WEB

Segundo os autores, com o aumento dos pagamentos em tempo real, os golpistas estão usando até IA para realizar os ataques, "automatizando golpes, melhorando o conteúdo, escopo e alcance de golpes", informa trecho do estudo.

A análise indica ainda que os criminosos estão abrindo contas usando identidades sintéticas (quando são usadas informações falsas e reais) alimentadas por da-

dos da dark web, ou mesmo comprando ou extorquindo de detentores legítimos de contas.

"Para enfrentar esses desafios, identificar tendências e fechar o cerco aos golpistas, bancos devem 'combater fogo com fogo' ao utilizar IA para ajudar a analisar dados de transações, sinalizar comportamentos suspeitos e facilitar a colaboração em tempo real com outros bancos", diz o estudo.

BRASIL

O "2024 Scamscope - The Battle for Trust" traz uma extensa análise de cada um dos países estudados. No capítulo sobre o Brasil, eles se debruçam sobre o Pix.

Segundo os autores, o meio de pagamento instantâneo "revolucionou" a forma como transações financeiras são realizadas no País, oferecendo uma alternativa rápida e conveniente para consumidores e empresas.

No entanto, segundo escrevem, essa mesma velocidade e facilidade também atraíram a atenção de fraudadores, que buscam explorar as brechas do sistema para realizar golpes financeiros.

O estudo lembra das medidas adotadas pelo Banco Central e outras autoridades financeiras brasileiras para mitigar os efeitos de fraudes.

Eles ressaltam a adoção do de limites de transferência, o monitoramento comportamental e de dispositivos para identificar atividades suspeitas, e o incentivo ao compartilhamento de dados entre instituições financeiras, o Open Finance.

Segundo o estudo, a inteligência artificial vem atuando como uma ferramenta de duplo propósito já que, por um lado, tem sido utilizada por criminosos para aprimorar suas técnicas de fraude, como na criação de esquemas de phishing mais sofisticados. Por outro, as instituições financeiras brasileiras estão cada vez mais recorrendo à IA para fortalecer seus sistemas de detecção de fraude.

Para que os esforços tenham sucesso, segundo a análise, é necessária uma integração de provedores de internet e de comunicação, além de campanhas de conscientização para clientes.

"Embora o Brasil tenha feito avanços significativos no combate à fraude em APP, a batalha está longe de terminar. Sistemas de pagamento em tempo real são uma parte vital da economia moderna, mas vêm com riscos inerentes que requerem monitoramento constante e soluções inovadoras", diz um trecho da análise.

**EMIÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL DE OPERAÇÃO CASA DE SAÚDE E MATERNIDADE SANTA MARTHA S/A., CNPJ: 30.079.461/0001-62, localizada a Rua Doutor Mario Viana, nº 653, Santa Rosa, Niterói/RJ, torna público que recebeu da Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade a Licença Ambiental Municipal de Operação LAM-O nº 57/2024, PROCESSO: Nº 250/000181/2023, para atividade de atendimento em pronto socorro e unidade hospitalar para atendimento a urgências, grupo de geradores de energia elétrica e operação de subestação de transformação e distribuição de energia elétrica, com validade até 10/12/2028.**

Point Sales 479 Alimentos Ltda.

CNPJ nº 35.996.649/0001-99

Edital de Convocação

Ficam os senhores sócios da Point Sales 479 Alimentos Ltda. ("Sociedade"), convocados, para se reunirem em Reunião de Sócios, a ser realizada no dia 29 de janeiro de 2025, às 10:00 horas, em primeira convocação, de forma virtual, por vídeo conferência, por meio do procedimento de voto à distância, a fim de deliberarem sobre (i) aumento de capital da companhia; (ii) a alteração e consolidação do contrato social da Sociedade, em atenção à ordem do dia. **Informações Gerais:** Os documentos pertinentes à ordem do dia estão à disposição para consulta dos sócios na sede da Sociedade e/ou por solicitação através do e-mail [societario@habibs.com.br](mailto:societario@habibs.com.br). Os sócios poderão acessar à reunião pelo link [https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting\\_OTJhNzFIMZQNTFKYS00N1QJLVWxNzAtMTTE4ZWRIODJlZjI%40thread\\_v2?on%3Atext%3D%7b%22Tid%22%3a%22075c011-ca0f-49ec-a745-2e271409a5e6%22%2c%22Oid%22%3a%22bcd3e7c3-f231-4d69-a625-66644357bf97%22%7d](https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_OTJhNzFIMZQNTFKYS00N1QJLVWxNzAtMTTE4ZWRIODJlZjI%40thread_v2?on%3Atext%3D%7b%22Tid%22%3a%22075c011-ca0f-49ec-a745-2e271409a5e6%22%2c%22Oid%22%3a%22bcd3e7c3-f231-4d69-a625-66644357bf97%22%7d), Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 2025. (21, 22 e 23/01/2025)

CHIMARRÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

**CNPJ/ME: 32.398.119/0001-50 NIRE: 33.3.0032928-5**  
**Ata da Assembleia Geral Extraordinária: 1. DATA, HORÁRIO E LOCAL:** 16/11/2024, às 16:30 horas, na sede social da Chimarrão Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), RJ/RJ, na Avenida Presidente Wilson, nº 231-sala 1703 (parte) e 1704 (parte), Edifício Palácio Austregésio de Athayde, Centro, CEP 20030-021. **2. CONVOCAÇÃO E PRESEÇA:** Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada, tendo em vista a participação dos acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia, por meio de videoconferência. **3. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente-Carlos Eduardo Assumpção Olesko; Secretário-Juan-Gabriel Lopez Moreno. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a reeleição de membros do Conselho de Administração da Companhia. **5. DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, os acionistas da Companhia aprovaram: (i) a reeleição dos seguintes membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia, Sr. Carlos Eduardo Assumpção Olesko, brasileiro, solteiro, engenheiro, C.I. nº 077751-1, CREA/SC, CPF/MF nº 024.186.359-70, com endereço comercial na Avenida Presidente Wilson, nº 231, sala 1701 (parte), Centro, RJ/RJ, CEP 20030-021; Sr. Alfonso Brunner Beamud, espanhol, casado, administrador, RNE nº V357597-C, CGPI/DIREX/DPF, CPF/MF nº 227.693.428-00, com endereço comercial na Avenida Marechal Câmara, nº 160, 17º andar, sala 1735, Centro, RJ/RJ, CEP: 20020-080; Sr. Juan-Gabriel Lopez Moreno, espanhol, casado, engenheiro industrial, RNE nº G017875-R, CGPI/DIREX/DPF, CPF/MF nº 236.976.318-37, com endereço profissional na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 955, 10º andar, Itaim Bibi, SP/SP, CEP 04530-001; e Sr. Fernando Martinez-Caro, espanhol, casado, engenheiro civil, passaporte nº AH637358, CPF/MF nº 237.843.578-90, com endereço na 181 Bay Street, Suite 300, Toronto, Ontario, CA-M5J 2T3, bem como (ii) a reeleição dos seguintes membros suplentes do Conselho de Administração da Companhia: Sr. Leandro da Silva Reis, brasileiro, casado, administrador, RG nº 1506621, SSP/DF, CPF/MF nº 803.722.601-87, com endereço comercial Avenida Presidente Wilson, nº 231, sala 1701 (parte), Centro, RJ/RJ, CEP 20030-021, como suplente do Sr. Carlos Eduardo Assumpção Olesko; Sr. Paulo Vullu Cyriaco, brasileiro, casado, engenheiro, C.I. nº 12.722.217-2, IFPI/RJ, CPF/MF nº 085.804.697-08, com endereço comercial na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 955, 10º andar, Itaim Bibi, SP/SP, CEP 04530-001, como suplente do Sr. Fernando Martinez-Caro; Sr. Filipe de Aguiar Vasconcelos Carneiro, brasileiro, casado, advogado, C.I. nº 110.689, OAB/MG, CPF/MF nº 061.806.066-92, com endereço comercial na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 955, 10º andar, Itaim Bibi, SP/SP, CEP 04530-001, como suplente do Sr. Juan-Gabriel Lopez Moreno; e Sr. Antonio Plano Campo, espanhol, casado, administrador, RNE nº G339685-Q, CGPI/DIREX/DPF, CPF/MF nº 064.222.387-46, com endereço profissional na Avenida Marechal Câmara, nº 160, 17º andar, sala 1735, Centro, RJ/RJ, CEP: 20020-080, como suplente do Sr. Alfonso Brunner Beamud. Todos os conselheiros ora eleitos terão mandato unificado de 1 ano, ou seja, até 16/11/2025, e assumem seus cargos na presente data, mediante a apresentação dos respectivos termos de posse que integram a presente ata como Anexo I à presente Ata e, no caso dos conselheiros não residentes, de apresentação de instrumentos de mandato para os fins do art. 146, §2º Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada. Fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos e quaisquer atos necessários para a formalização da deliberação acima, bem como publicar a ata em forma de extrato. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. A presente ata é cópia fiel da via original lavrada em livro próprio. RJ, 16/11/2024. **MESA:** Carlos Eduardo Assumpção Olesko - Presidente; Juan-Gabriel Lopez Moreno - Secretário. **ACIONISTAS: CYMI CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.; COBRA BRASIL SERVIÇOS, COMUNICAÇÕES E ENERGIA S.A.; BRASIL ENERGIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA** (representado por Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.). Jucerja nº 6759786 em 17/01/2025.

MANTIQUEIRA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

**CNPJ/ME: 24.176.892/0001-44 NIRE: 33.3.0031913-1**  
**Ata da Assembleia Geral Extraordinária: 1. DATA, HORÁRIO E LOCAL:** 16/11/2024, às 17:30 horas, na sede social da Mantiqueira Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), RJ/RJ, na Avenida Presidente Wilson, nº 231-sala 1703 (parte) e 1704 (parte), Edifício Palácio Austregésio de Athayde, Centro, CEP 20030-021. **2. CONVOCAÇÃO E PRESEÇA:** Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada tendo em vista a participação dos acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia, por meio de videoconferência. **3. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente-Carlos Eduardo Assumpção Olesko; Secretário-Juan-Gabriel Lopez Moreno. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a reeleição de membros do Conselho de Administração da Companhia. **5. DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, os acionistas da Companhia aprovaram: (i) a reeleição dos seguintes membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia, Sr. Carlos Eduardo Assumpção Olesko, brasileiro, solteiro, engenheiro, C.I. nº 077751-1, CREA/SC, CPF/MF nº 024.186.359-70, com endereço comercial na Avenida Presidente Wilson, nº 231, sala 1701 (parte), Centro, RJ/RJ, CEP 20030-021; Sr. Alfonso Brunner Beamud, espanhol, casado, administrador, RNE nº V357597-C, CGPI/DIREX/DPF, CPF/MF nº 227.693.428-00, com endereço comercial na Avenida Marechal Câmara, nº 160, 17º andar, sala 1735, Centro, RJ/RJ, CEP: 20020-080; Sr. Juan-Gabriel Lopez Moreno, espanhol, casado, engenheiro industrial, RNE nº G017875-R, CGPI/DIREX/DPF, CPF/MF nº 236.976.318-37, com endereço profissional na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 955, 10º andar, Itaim Bibi, SP/SP, CEP 04530-001; e Sr. Fernando Martinez-Caro, espanhol, casado, engenheiro civil, passaporte nº AH637358, CPF/MF nº 237.843.578-90, com endereço na 181 Bay Street, Suite 300, Toronto, Ontario, CA-M5J 2T3, bem como (ii) a reeleição dos seguintes membros suplentes do Conselho de Administração da Companhia: Sr. Leandro da Silva Reis, brasileiro, casado, administrador, RG nº 1506621, SSP/DF, CPF/MF nº 803.722.601-87, com endereço comercial Avenida Presidente Wilson, nº 231, sala 1701 (parte), Centro, RJ/RJ, CEP 20030-021, como suplente do Sr. Carlos Eduardo Assumpção Olesko; Sr. Daniel Araújo do Pinho, brasileiro, casado, economista, C.I. nº 11306110, SSP/MG, CPF/MF nº 051.447.066-65, com endereço comercial na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 955, 10º andar, Itaim Bibi, SP/SP, CEP 04530-001, como suplente do Sr. Fernando Martinez-Caro; Sr. Filipe de Aguiar Vasconcelos Carneiro, brasileiro, casado, advogado, C.I. nº 110.689, OAB/MG, CPF/MF nº 061.806.066-92, com endereço comercial na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 955, 10º andar, Itaim Bibi, SP/SP, CEP 04530-001, como suplente do Sr. Juan-Gabriel Lopez Moreno; e Sr. Antonio Plano Campo, espanhol, casado, administrador, RNE nº G339685-Q, CGPI/DIREX/DPF, CPF/MF nº 064.222.387-46, com endereço profissional na Avenida Marechal Câmara, nº 160, 17º andar, sala 1735, Centro, RJ/RJ, CEP: 20020-080, como suplente do Sr. Alfonso Brunner Beamud. Todos os conselheiros ora eleitos terão mandato unificado de 1 ano, ou seja, até 16/11/2025, e assumem seus cargos na presente data, mediante a apresentação dos respectivos termos de posse que integram a presente ata como Anexo I à presente Ata e, no caso dos conselheiros não residentes, de apresentação de instrumentos de mandato para os fins do art. 146, §2º Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada. Fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos e quaisquer atos necessários para a formalização da deliberação acima, bem como publicar a ata em forma de extrato. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. A presente ata é cópia fiel da via original lavrada em livro próprio. **MESA:** Carlos Eduardo Assumpção Olesko - Presidente; Juan-Gabriel Lopez Moreno - Secretário. **ACIONISTAS: CYMI CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.; COBRA BRASIL SERVIÇOS, COMUNICAÇÕES E ENERGIA S.A.; BRASIL ENERGIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA** (representado por Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.). RJ, 16/11/2024. Jucerja nº 6759962 em 17/01/2025.

TECNOLOGIA

# BNDES aprova R\$ 20 mi para nova plataforma digital com IA da Squadra

DANIELA AMORIM/AE

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) informou ontem, ter aprovado um financiamento de R\$ 20 milhões para a Squadra Tecnologia S/A desenvolver uma plataforma de transformação digital que inclui recursos de inteligência artificial.

O crédito, aprovado no âmbito do Programa BNDES Mais Inovação, na modalidade direta, será investido na criação da plataforma "Genius", que combina-

rá "tecnologias avançadas de inteligência artificial, design integral e hiperprodutividade".

"Genius é uma plataforma colaborativa e autoguiada, projetada para otimizar o fluxo de trabalho e a produtividade em projetos de transformação digital. Integrando múltiplos perfis de usuários - como designers, desenvolvedores, arquitetos e gestores - a solução cria um ambiente digital conversacional que organiza e acelera a criação de plataformas de negócios. O projeto colocará a

Squadra Tecnologia na vanguarda da inovação tecnológica nacional, apoiando empresas em setores diversos a enfrentarem desafios complexos e adaptarem-se rapidamente às mudanças de mercado", informou o banco de fomento, em nota à imprensa.

Segundo o BNDES, parceiros e clientes poderão acompanhar as atualizações do projeto nos próximos meses por meio dos canais oficiais da Squadra.

"O investimento em inovação na indústria para o desen-

volvimento de novos processos e novos produtos é fundamental para que o país tenha empresas competitivas, que disputem cadeias de valor e que gerem empregos qualificados e renda. A nova política industrial do governo do presidente Lula fez com que a demanda por crédito para inovação em 2024 superasse R\$ 11 bilhões, a maior da série histórica, iniciada em 1995", afirmou o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, em nota oficial.

Nota

## REFINARIA DA PETROBRAS EM SP FECHA 2024 COM PRODUÇÃO RECORDE DE QAV E ASFALTO

A Refinaria Henrique Lage (Revap), da Petrobras, em São José dos Campos, fechou 2024 com recordes históricos na produção de asfalto (CAP) e Querosene de Aviação (QAV). O volume de QAV produzido em 2024, segundo a estatal, daria para abastecer 6.762 aeronaves Airbus A380, o maior avião em atividade no mundo. A Revap é responsável por cerca de 75% do QAV consumido no Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo. Entre janeiro e dezembro do ano passado, a unidade produziu 387,5 mil toneladas de asfalto, representando um aumento de 26% em relação ao mesmo período de 2023, o

melhor resultado da década. E alcançou 2,164 milhões de metros cúbicos (m3) de QAV, o maior volume desde 1980, quando a refinaria entrou em operação. "A Revap tem uma importância estratégica no abastecimento aéreo e uma vantagem competitiva muito forte, pois está interligada, via duto, ao maior aeroporto da América Latina (Guarulhos)", destacou em nota o gerente geral da unidade, Alexandre Coelho. Em relação ao asfalto, a Revap produz três diferentes grades: CAP 50/70, CAP PRO W e CAP PRO AP. A linha CAP PRO foi lançada recentemente e apresenta 65% menos emissões de gases de efeito estufa do que o CAP convencional, atendendo à visão, ao valor de sustentabilidade e ao compromisso da Petrobras de reduzir em 30% as emissões operacionais nos próximos cinco anos.

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

## CRACOLÂNDIA

## Nunes diz ao STF que muro é 'estratégia' para facilitar abordagem

RAYSSA MOTTA/AE

Em manifestação enviada ontem, ao Supremo Tribunal Federal (STF), o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), negou que o muro construído no entorno da Cracolândia, na região da Santa Ifigênia, tenha sido instalado para confinar usuários de drogas. Segundo a prefeitura, a construção faz parte de uma "estratégia" para facilitar a abordagem e o atendimento de grupos vulneráveis.

"Vários usuários que antes estavam quase invisíveis, no meio de dezenas e às vezes centenas de pessoas, agora são localizados, acompanhados e recebem as orientações e cuidados que lhes são pertinentes", diz um trecho do ofício.

A prefeitura também afirma que a estrutura foi projetada para permitir o acesso de profissionais de saúde, assistência social e organizações humanitárias que prestam serviços no local.

A Prefeitura de São Paulo alega ainda que o muro foi construído para substituir tapumes de metal, que já existiam no local, mas "eram constantemente danificados, quebrados em partes pontiagudas, oferecendo risco de ferimentos às pessoas em situação de vulnerabilidade, moradores e pe-

destres, além de prejudicar a circulação nas calçadas".

A manifestação foi enviada a pedido do ministro Alexandre de Moraes, relator de uma ação sobre a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Moraes aguardava a manifestação de Ricardo Nunes para decidir se ordena a derrubada do muro. A prefeitura defende que a demolição "teria efeitos e danos irreversíveis".

Parlamentares do PSOL pedem que a prefeitura seja multada e condenada a derrubar a construção. A deputada Luciene Cavalcante, o deputado estadual Carlos Giannazi e o vereador Celso Giannazi assinam a representação. Eles afirmam que a medida é "autoritária, segregacionista e ineficaz".

A Defensoria Pública de São Paulo emitiu um ofício em que recomenda a derrubada do muro e a retirada de gradis e de qualquer outra barreira física na região. O órgão argumenta que a estratégia já foi usada e que "não há qualquer comprovação de sua eficiência para atingir os objetivos declarados de melhor atender os usuários".

A Promotora de Justiça de Habitação e Urbanismo de Capital, braço do Ministério Público de São Paulo, também acompanha o caso.

## GCM

BIANCA GOMES/AE

O Ministério Público de São Paulo (MP-SP) quer que o secretário de Segurança Urbana de São Paulo, Orlando Morando, explique sua declaração ao Estadão rejeitando o uso de câmeras corporais pela Guarda Civil Metropolitana (GCM).

O Grupo de Atuação Especial de Segurança Pública e Controle Externo da Atividade Policial (Gaesp), do MP-SP, foi quem formalizou o ofício, exigindo explicações detalhadas sobre as falas do secretário na entrevista, publicada no último dia 15.

Na ocasião, Morando argumentou que o uso do equipamento não se aplica à GCM, pois a corporação "não é uma força de segurança". O Gaesp, por outro lado, defende que as câmeras corporais são "necessárias", considerando que a GCM foi reconhecida como força de segurança pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A decisão mencionada pelo Gaesp é de agosto de 2023,

quando o plenário do STF firmou entendimento de que as guardas municipais integram o Sistema de Segurança Pública. Como mostrou o *Estadão* na época, há divergência entre os especialistas sobre o funcionamento desse entendimento na prática. Parte dos juristas diz que a decisão da Corte valida a legalidade das prisões e outras ações policiais pelas guardas. Por outro lado, há quem defenda que a decisão não altera o alcance da atuação das GCMs.

Em entrevista coletiva ontem, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) disse que a decisão de não colocar câmeras em GCMs é do "Executivo que foi eleito". "A gente optou por um sistema de monitoramento amplo, com 20 mil câmeras, que se algum guarda civil metropolitano cometer algum ato em desacordo com as normas legais, essas câmeras vão estar identificando. Não tem porque gastar recurso para colocar uma câmera em GCM se podemos usar o recurso para cuidar disso e também da cidade e da sociedade", afirmou o prefeito.

No ofício, o promotor Daniel Magalhães endereçou uma série de questionamentos ao secretário de Ricardo Nunes (MDB), incluindo se há alguma decisão formalizada sobre a negativa do uso de câmeras pela GCM e qual é o plano da pasta para implementar o equipamento na corporação, tendo em vista o cumprimento da portaria do Ministério da Justiça que estabelece diretrizes sobre o uso de câmeras corporais pelos órgãos de segurança pública. Assinado pelo ministro Ricardo Lewandowski, a portaria inclui a GCM entre os órgãos de segurança pública sujeitos a essas instruções.

Magalhães também questiona se há dotação orçamentária para o uso do equipamento e qual o valor destinado à aquisição das câmeras, manutenção, armazenamento em nuvem, entre outros custos.

Desde o ano passado, o Gaesp tem um Procedimento Administrativo de Acompanhamento (PAA) com o objetivo de realizar o controle externo da

GCM. Segundo o MP-SP, esse acompanhamento segue o reconhecimento da GCM como força de segurança, posição que o Ministério Público já defendia antes mesmo da decisão do STF.

Em entrevista ao *Estadão*, Morando justificou a negativa ao uso de câmeras argumentando justamente que a GCM não é uma força de segurança, e sim uma guarda patrimonial. Além disso, afirmou que, devido à baixa letalidade da corporação, não há razão para investir recursos nesse tipo de equipamento.

"Não se justifica fazer um investimento e gastar para equipar cada GCM com uma câmera se já temos o maior programa de proteção por meio do próprio Smart Sampa. Além disso, qual seria a motivação para usar câmeras? Qual foi a letalidade que um GCM cometeu que justificaria essa medida? Não há uma recorrência. É muito baixa. Não que não exista, porque é possível, mas não justifica o investimento", disse ele, na entrevista.

## VIOLÊNCIA

## Falta de segurança é maior problema da capital paulista

CAMILA BOEHM/ABRASIL

Pesquisa divulgada ontem pela Rede Nossa São Paulo indica que 74% dos entrevistados avaliam que a segurança é o maior ou o segundo maior problema da capital paulista. Em seguida, aparecem a área da saúde (36% das menções), transporte coletivo (15%) e habitação e educação (ambas com 12%). A pesquisa Viver em São Paulo: Qualidade de Vida 2025 entrevistou 700 pessoas com 16 anos ou mais e que moram na cidade há pelo menos dois anos.

Realizado em parceria com a Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (Ipec), o estudo apresenta a percepção dos

moradores da cidade sobre temas como bem-estar, confiança nas instituições e investimentos públicos em diversas áreas. O trabalho de campo foi feito em dezembro de 2024. O nível de confiança é de 95% e a margem de erro estimada é de 4 pontos percentuais para mais ou para menos.

Sobre a percepção da qualidade de vida na cidade, 40% disseram que ficou estável nos últimos 12 meses; 21% responderam que piorou um pouco; 7% que piorou muito; 20% que melhorou um pouco; e 11% que melhorou muito. Dois terços dos moradores entrevistados (65%) disseram que sairiam da cidade se pudessem.

Para o coordenador geral da

Rede Nossa São Paulo e do Instituto Cidades Sustentáveis, Jorge Abrahão, é importante analisar os motivos pelos quais essa quantidade de pessoas deixaria a cidade. "São Paulo é a cidade mais rica da América Latina, é uma cidade que oferece muitas oportunidades de trabalho, de conhecimento e de cultura. Tem uma série de questões que as pessoas efetivamente reconhecem na cidade. Por outro lado, apresenta os problemas que a própria pesquisa está trazendo", disse.

"A questão de segurança, de saúde, de transporte coletivo – a demora, o tempo que as pessoas gastam –, as questões de educação. Nessa equação, eu diria que a população entende

que os benefícios que a cidade oferece não estão à altura dos problemas que ela traz. É como se as tensões fossem maiores que os prazeres", explicou. Para Abrahão, inverter essa equação é um desafio para a gestão pública.

Em relação à segurança, ele aponta que o problema deve ser enfrentado de maneira sistêmica, porque depende não apenas da cidade, mas do governo do estado e federal. "(Depende) de uma articulação mais integrada dessas (esferas) para que a gente estruturalmente possa enfrentar o problema. Mas é importante que a [gestão] política entenda que esse é o problema que a sociedade está dizendo que está afetando muito a ela."

## OBRAS

## Reinaugurado, mercado tem reforma até agosto

GIOVANNA CASTRO/AE

O Mercado Municipal de São Paulo e o mercado vizinho Kinjo Yamato foram reinaugurados na manhã de segunda-feira passada, após a conclusão de parte das obras de restauro nos prédios históricos, promovidas pela concessionária Mercado SP, que assumiu a gestão dos espaços em 2021 já com esta obrigação prevista em contrato. Porém, a entrega completa das obras deve acontecer apenas em agosto.

"Enquanto as intervenções no edifício do Mercado já foram concluídas, as melhorias externas - incluindo estacionamentos e calçadas - receberam recentemente a aprovação dos órgãos de proteção e serão iniciadas em breve. A conclusão dessas obras será acompanhada por um anúncio oficial", afirma a Mercado SP.

O prazo inicial para a conclusão da obra era junho de 2023, mas houve atrasos pela necessidade de aprovações do Conselho Municipal de Pre-

servação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp), segundo a Prefeitura. No ano passado, o Tribunal de Contas do Município (TCM) chegou a investigar a concessão e houve questionamento até sobre a cor da fachada do edifício por causa dos atrasos. Mas a Prefeitura afirma que a prorrogação do prazo para agosto de 2025 foi necessária por conta da "complexidade de algumas intervenções", que precisaram ser analisadas em detalhe pelo Conpresp, e tudo foi feito com autorização do órgão.

"A restauração foi conduzida por escritórios de projeto especializados", acrescenta a Mercado SP. "Cada etapa priorizou a cessação de danos, a garantia da estanqueidade das estruturas e o desenvolvimento de melhorias abrangentes, incluindo sistemas hidráulicos, elétricos, de drenagem, proteção contra descargas elétricas, revisão de coberturas, e ampliações estruturais."

## CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 1ª, 2ª, 3ª, 4ª E 5ª SÉRIES DA 68ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Séries da 68ª Emissão da Canal COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Séries da 68ª Emissão da Canal COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, Lastreados em Créditos Imobiliários Devidos pela GIP XIV EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunião em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 10 de fevereiro de 2025, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Deliberar sobre a alteração do Termo de Securitização para ajustar as definições de "dup" e "dut" na Cláusula 6.2, substituindo o termo "Data de Aniversário" por "Data de Pagamento" e excluindo qualquer referência à expressão "Data de Aniversário"; modificar a definição de "DP" na Cláusula 6.3, que passará a vigorar como "Período compreendido entre (a) a primeira Data de Integralização ou a última Data de Pagamento (exclusivo), o que ocorrer por último, e (b) a Data de Cálculo (inclusive), sendo "DP" um número inteiro"; e ratificar os pagamentos efetuados aos Titulares dos CRI até a presente data; (ii) Aprovar concessão de prazo adicional de 90 dias a partir da data desta assembleia, para envio à Securitizadora e ao Agente Fiduciário as pendências documentais listadas no Anexo II da ata ("Pendências Documentais"); e (iii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail [af.assembleias@oliveiratrust.com.br](mailto:af.assembleias@oliveiratrust.com.br) com cópia para o e-mail [juridico@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridico@canalsecuritizadora.com.br), indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial - CRI JOÃO RAMALHO 68", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicados nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão o significado e a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 18 de janeiro de 2025. Nathalia Machado Loureiro - Diretora

## Falta de confiança na gestão pública

Organizações não governamentais (ONGs), igrejas e associações de bairro foram apontadas pelos entrevistados como as instituições que mais contribuem para melhorar sua qualidade de vida. Na sequência, vêm empresas privadas. A prefeitura aparece em quinto lugar. Logo abaixo, aparecem meios de comunicação, governo estadual, universidades e governo federal.

A gestão da prefeitura de São Paulo é ruim ou péssima para 41% dos entrevistados. Outros 41% consideram regular e apenas 12% avaliam como ótima ou boa.

Além da avaliação do trabalho da prefeitura paulistana, a pesquisa mostrou que mais da

metade (55%) dos entrevistados considera a atuação da Câmara Municipal ruim ou péssima e 62% afirmaram não ter vontade alguma de se envolver na vida política da cidade.

Para 86% das pessoas, a administração municipal - incluindo prefeitura e casa legislativa - é pouco ou nada transparente, e apenas 4% avaliaram como muito transparente.

Mais da metade (55%) disse que se lembra em quem votou para vereador nas últimas eleições municipais, em 2024; 22% afirmaram que não se lembram em quem votaram; 24% disseram que não votaram.

Abrahão ressalta que há um desafio grande na questão da confiança nas instituições. "É

um alerta que a população está entendendo que a política não está olhando para ela e resolvendo os problemas que ela tem. Os políticos têm que pensar nisso de uma maneira geral: como é que as minhas ações efetivamente atingem a maioria da população?"

"A gente percebe que existe um desvio mesmo, hoje em dia, na política, em que muitas vezes o interesse privado, o interesse de poucos grupos, prevalece em relação ao interesse coletivo, na distribuição de orçamentos, na distribuição de verba", acrescentou.

Os entrevistados deram notas sobre a confiança em instituições analisadas pela pesquisa, com a possibilidade de res-

posta de 1 a 10, sendo que 1 significa "não confio" e 10 significa "confio totalmente". ONGs tiveram a maior média, com 4,11; empresários tiveram 3,85; ministros do Supremo Tribunal Federal, 3,59; presidente da República, 3,53; deputados federais e senadores tiveram a mesma média, 2,76.

A parcela de 39% se lembra em quem votou para deputado federal em 2022; 36% não se lembram; e 26% não votaram. Além disso, 38% se lembram em quem votaram para senador em 2022; 38% não se lembram; e 25% não votaram. Por fim, 37% se lembram em quem votaram para deputado estadual em 2022; 38% não se lembram; e 25% não votaram.

## ACIDENTE

## Motorista atropela pedestre, bate em moto, mata motociclista e foge

RENATA OKUMURA/AE

Um motorista atropelou uma pessoa e, na sequência, colidiu em uma moto na madrugada de ontem, na Marginal Pinheiros, em São Paulo. De acordo com a Secretaria da Segurança Pública

do Estado de São Paulo, motociclista não resistiu ao impacto da batida e morreu no local. A polícia tenta identificar o responsável pelo acidente.

"Policiais militares foram acionados para atender a ocorrência e, no local, foram infor-

mados que um veículo aparentava ser uma SUV de cor preta teria atropelado um homem e prosseguiu sem prestar socorro, quando colidiu contra uma moto", disse a pasta.

Conforme a SSP, a ocorrência foi registrada por volta das 5 ho-

ras da manhã. A vítima atropelada foi encaminhada para atendimento no Pronto-Socorro do Hospital Geral de Pedreira, onde permanece internada. A Polícia Civil está investigando o caso. A ocorrência foi registrada no 98º Distrito Policial (Jardim Mirna).

## MEIO AMBIENTE

# Diplomata André Corrêa será presidente da COP30

CAIO SPECHOTO  
E SOFIA AGUIAR/AE

O diplomata André Corrêa do Lago será o presidente da 30ª Conferência do Clima das Nações Unidas (COP30, na sigla em inglês), em Belém (PA). Ana Toni, secretária de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente, será a diretora-executiva.

O anúncio foi realizado pela secretária-geral do Ministério das Relações Exteriores, Maria Laura da Rocha - que comanda

o ministério temporariamente enquanto Mauro Vieira está fora -, pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e pelo próprio André Corrêa do Lago no Palácio do Planalto.

Corrêa do Lago afirmou que o Brasil pode ter um "papel incrível" na COP30. Afirmou que é uma honra ocupar o cargo e agradeceu a escolha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Também disse que o governo de Donald Trump à frente dos Estados Unidos terá impacto sobre a Conferência do Clima, e men-

cionou a saída do país do acordo de Paris - um dos principais tratados ambientais vigentes.

A COP30 será realizada entre 10 e 21 de novembro. O governo federal vem sendo pressionado para acelerar definições sobre o evento. Estavam cotados para a presidência o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin; a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva; a secretária de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente, Ana Toni; além do próprio André Corrêa do Lago, que já estava envol-

vido na organização do evento.

Como presidente da COP30, ele terá mais poder nas negociações que serão feitas pelos países em torno do clima.

O nome de Corrêa do Lago teria prevalecido por não trazer uma grande carga política. O diplomata é tido como um técnico e negociador experiente.

Ele tinha o apoio do chefe da Assessoria Especial da Presidência da República, o ex-ministro Celso Amorim - principal conselheiro de Lula para relações internacionais.

## 13 DE MARÇO

# STF marca audiência para avaliar plano sobre combate a incêndios

WILSON DIAS/ABRASIL



LAVÍNIA KAUCZ/AE

O ministro Flávio Dino (foto), do Supremo Tribunal Federal (STF), marcou uma nova audiência de conciliação para avaliar o andamento dos planos apresentados pela União para combater incêndios na Amazônia e no Pantanal. O encontro será realizado em 13 de março com representantes do governo federal e dos 10 estados que integram os biomas.

No despacho proferido na tarde desta terça-feira, Dino disse que os esforços realizados pelo STF, pelo governo federal e pelos Estados estão alinhados ao Acordo de Paris, que estabelece metas para frear a crise do clima.

"Esse imprescindível instrumento para o futuro da humanidade, ao enfrentar os efeitos deletérios das mudanças climáticas, frisa a importância de assegurar a integridade de todos os ecossistemas, incluindo os oceanos, e a proteção da biodiversidade, reconhecida por algumas culturas como Mãe Terra", citou o ministro.

O magistrado também determinou medidas complementares aos Estados, como um estudo para identificar se há necessidade de ampliar o número de analistas de meio ambiente e a qualificação necessária para o desempenho das atividades vinculadas ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) e à regularização ambiental. Os entes também de-

verão identificar e disponibilizar os insumos necessários à análise dinamizada do CAR. O prazo é de 30 dias.

Em setembro do ano passado, Dino mandou os Estados mapearem as ações judiciais que tratam sobre crimes ambientais, entre eles a falsidade no âmbito do CAR, e tomarem medidas para dar a devida tramitação legal a essas ações.

Na decisão proferida nesta terça, o ministro ainda determinou que todos os Estados e municípios dos dois biomas usem o Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (Sinaflor) em 60 dias com o objetivo de melhorar a transparência e a fiscalização. Em reunião técnica realizada em dezembro, um representante do Ibama disse que a falta de uso do sistema por parte dos municípios dificulta as operações de fiscalização e o combate ao desmatamento.

Dino tem conduzido audiências de conciliação no âmbito de ação julgada em março de 2024, na qual o STF deu 90 dias para que o Executivo apresentasse um plano de prevenção e combate às queimadas.

Em setembro, diante da multiplicação de focos de incêndio pelo País, Dino autorizou o governo a usar créditos extraordinários para combater as queimadas e determinou a convocação imediata de bombeiros de Estados não atingidos por queimadas, entre outras medidas.

## CELSO SABINO

# Ministro do Turismo assume presidência de Conselho da ONU

HENRIQUE SAMPAIO/AE

O ministro do Turismo, Celso Sabino, assume hoje, a presidência do Conselho Executivo da ONU Turismo, tornando-se o primeiro brasileiro a ocupar esse cargo desde a criação do órgão, em 1975. Ele foi eleito durante a 122ª Reunião do Conselho, realizada no ano passado em Cartagena, na Colômbia, com votos de representantes de 35 países.

O mandato de Sabino, que terá duração de um ano, coloca o Brasil no centro das decisões globais sobre turismo. Ele lide-

rá discussões estratégicas relacionadas a sustentabilidade, mudanças climáticas, digitalização do setor, atração de investimentos e qualificação profissional.

O ministro destacou nas redes sociais a importância da nova função: "Uma honra enorme presidir o Conselho Executivo da ONU Turismo! Estarei representando o Brasil ao liderar as decisões estratégicas que impactam o setor global".

Sua presidência coincide com a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-30), que será realiza-

da em novembro de 2025 em Belém, cidade natal de Sabino. O evento é considerado o maior fórum internacional sobre mudanças climáticas, tema que está diretamente conectado às diretrizes da ONU Turismo, e deverá atrair cerca de 50 mil pessoas, incluindo líderes mundiais, acadêmicos e membros da sociedade civil.

A eleição de Sabino reflete, segundo ele, o crescimento do turismo brasileiro e o fortalecimento da América do Sul como um bloco integrado no cenário global. "A escolha é resultado dos excelentes números que te-

mos obtido no turismo brasileiro, bem como da união dos países da América do Sul em um bloco forte e integrado", afirmou o ministro durante a 122ª Reunião do Conselho, que o elegeu presidente.

Uma das primeiras ações à frente do órgão, segundo Sabino, será a realização de um evento na embaixada do Brasil em Madri com mais de 100 investidores internacionais para apresentar um guia, elaborado em parceria com a ONU, com informações detalhadas sobre oportunidades de investimento em turismo no País.

## MATO GROSSO

# Mauro Mendes vai vetar projeto de lei que altera sistema ambiental

Isadora Duarte/AE

O governador de Mato Grosso, Mauro Mendes (União Brasil), vai vetar integralmente o projeto de lei (PL) complementar 18/2024 que alterava o sistema ambiental do estado, informou o governo em nota. O projeto aprovado na Assembleia Legislativa do Estado em 8 de janeiro permitia a reclassificação de áreas do bioma amazônico em Cerrado de acordo com a altura da vegetação.

A decisão foi tomada na segunda-feira passada, por Mendes. De acordo com o governador, um novo projeto será apre-

sentado em 90 dias. "Após ver o parecer técnico e ouvir os setores, decidi vetar 100% o projeto. Vamos constituir um grupo de trabalho nos próximos dias e, em até 90 dias, apresentaremos um novo projeto de lei, consistente, técnico, que respeite as legislações ambientais do País e traga mais segurança jurídica na interpretação e aprovação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) no Estado", afirmou na nota.

Para a secretária de Meio Ambiente do Estado, Mauren Lazzaretti, a atualização do sistema ambiental do Estado é necessária, mas precedida de aná-

lise técnica. "A mudança de legislação tem de trazer mais simplicidade no processo, porém com segurança jurídica e técnica. Então, acredito que o grupo de trabalho vai estudar não apenas essa alteração, mas com regras de transição e também garantindo a proteção ambiental e a produção sustentável", disse Lazzaretti.

O projeto foi apresentado inicialmente pelo governo do Estado à Assembleia Legislativa e modificado pelos parlamentares. O projeto gerou controvérsias e insegurança entre ambientalistas e produtores rurais

por supostos desalinhamentos com a legislação ambiental federal.

A reclassificação da vegetação do Estado acarretaria, consequentemente, a definição das áreas de reserva legal em propriedades rurais. Conforme as diretrizes do projeto, seriam classificadas como floresta as áreas com vegetação com a média das alturas totais a partir de 20 metros e com altura máxima de 30 a 50 metros. Quanto ao Cerrado, estariam classificadas dentro do bioma áreas com vegetação de altura máxima até 20 metros.

## DITADURA

# MPF pede prioridade no tombamento de quartel de DOI-Codi

MARIANA TOKARNIA/ABRASIL

O Ministério Público Federal (MPF) recomendou, ontem que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) priorize o tombamento do prédio onde funcionou o Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) na Tijuca, no Rio de Janeiro. De acordo com o MPF, o processo tramita há mais de 10 anos no instituto, desde 2013.

O DOI-Codi foi um órgão ligado ao Exército, que funcionou, na ditadura militar, entre os anos de 1964 e 1984, como uma agência de repressão política. No local, os considerados inimigos do governo eram encarcerados, torturados e mortos. Havia unidades em diferentes cidades, como São Paulo, Recife e Porto Alegre, além do Rio de Janeiro. No Rio, o prédio onde o órgão funcionou é onde está atualmente o 1º Batalhão de Polícia do Exército do Rio de Janeiro.

O local foi espaço de tortura e morte de dezenas de presos políticos, entre eles o engenheiro e ex-deputado federal Rubens Paiva, cuja história foi retratada no filme Ainda estou aqui. O ex-parlamentar foi levado da casa dele, no Rio de Janeiro, por agentes do Centro de Informações da Aeronáuti-

ca (Cisa), no feriado de 20 de janeiro de 1971 (dia de São Sebastião), há 54 anos.

Paiva não foi a única vítima da ditadura, a Comissão Nacional da Verdade identificou pelo menos 434 pessoas mortas ou desaparecidas pelas forças ditatoriais.

## MEMÓRIA

O MPF recomenda que o Iphan conclua a fase de instrução do processo de tombamento - fase na qual são colhidas provas - ainda em 2025, avalie a possibilidade de um tombamento provisório e crie um espaço no site institucional para que a sociedade tenha acesso a informações do processo de tombamento. De acordo com o Ministério Público, há uma demora injustificada e desproporcional para conclusão do processo no Iphan.

A recomendação, segundo o MPF, tem como objetivo a preservação da memória e promoção da verdade e justiça sobre o período da ditadura militar. A instalação de um centro de memória no local é demanda antiga de familiares e organizações que lutam por justiça, reparação e para que a história que custou a vida de tantas pessoas não seja esquecida.

## PARQUE NACIONAL

# Justiça Federal suspende cobrança de ingresso em Jericoacoara no CE

FABIO GRELLET/AE

A Justiça Federal suspendeu por tempo indeterminado a cobrança de ingresso para o Parque Nacional de Jericoacoara, que fica no Ceará e é um dos pontos turísticos mais visitados do Nordeste. O pagamento de R\$ 50 por dia por pessoa ainda não entrou em vigor - começaria a ser feito em março pela concessionária Urbia Cataratas Jericoacoara S.A, que passou a administrar o parque, concedido à iniciativa privada em 2024.

Agora, depende da apresentação de esclarecimentos à Justiça pelo Instituto Chico Mendes de Preservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão federal responsável pelos parques nacionais. O Estádão entrou em contato com o ICMBio e a conces-

sionária e aguarda retorno.

A ordem judicial foi tomada na semana passada pelo juiz Sérgio de Norões Milfont Júnior, da 18ª Vara Federal do Ceará, em Sobral, e decorre de uma ação civil pública movida pela prefeitura de Jijoca de Jericoacoara contra a concessionária para impedir que o ingresso seja cobrado de moradores e visitantes da Vila de Jericoacoara, um distrito afastado cerca de 40 minutos de Jijoca.

Para chegar à vila, onde moram cerca de 3.000 pessoas, é preciso entrar no parque, mas essa localidade não faz parte dele. Quem vai à vila e não quer passear pelo parque não deveria ter que pagar, defende a prefeitura.

"Embora (no contrato que concedeu o parque à iniciativa privada, em novembro passa-

do) exista vedação à cobrança de ingresso de moradores, frequentadores e trabalhadores locais, não houve comprovação da adoção das medidas necessárias para identificação dos beneficiários", escreveu o juiz. "Percebe-se grande desinformação local acerca dos aspectos práticos e essenciais decorrentes da concessão", registrou Milfont Júnior.

Ele determina que, no prazo de 60 dias, o ICMBio apresente um plano detalhado sobre a cobrança de ingressos, que informe o valor do ingresso, procedimentos de cadastramento de pessoas que não devem pagar e outras informações. Após a apresentação desse plano, a Justiça deve decidir se autoriza ou não a cobrança.

A cobrança de ingressos estava inicialmente prevista para



## BAIXADA

## PF mira esquema de troca de vagas no SUS por votos nas eleições

RAYANDERSON GUERRA/AE

Políciais federais cumpriram ontem, nove mandados de busca e apreensão em Brasília e Queimados, na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. De acordo com as investigações, funcionários da Secretaria Municipal de Saúde burlaram o sistema de marcações de consultas e exames, reservando vagas em troca de apoio político.

A investigação foi iniciada a partir de uma notícia-crime encaminhada pela Câmara Municipal de Queimados. De acordo com a Polícia Federal (PF), a Câmara "relatou centenas de agendamentos para consultas em diversas especialidades médicas" de funcionários da Secretaria de Saúde no Sistema Nacional de Regulação (Sisreg) para, posteriormente, alocar pessoas em troca de ganhos eleitorais, como apoio político e votos nas eleições de 2024.

As fraudes eram realizadas por meio do Sistema Nacional de Regulação, que controla o fluxo de acesso aos serviços públicos de saúde e organiza as filas em hospitais e postos de atendimento do Rio de Janeiro. O agendamento dos procedimentos é feito com base na posição na fila e na disponibilidade de vagas.

Segundo as investigações, as vagas de consultas e exames eram concentradas em um determinado grupo político, com funcionários na Secretaria de Saúde, que depois usavam as marcações para troca de apoio político em períodos eleitorais.

De acordo com a PF, os investigados poderão responder pelos crimes de organização criminosa, inserção de dados falsos em sistema de informação e corrupção eleitoral. Em caso de condenação, as penas

somadas podem chegar a 24 anos de reclusão

De acordo com as informações encaminhadas pela Secretaria de Saúde de Queimados à PF, o ex-subsecretário de gestão estratégica Julio Cesar Gomes Bezerra reservou, entre 2021 e 2023, mais de 340 marcações de consultas de pediatria, de ginecologia, biópsias de mama e exames de alergologia infantil. O subsecretário foi exonerado em fevereiro de 2023, mas teria permanecido com acesso ao sistema de marcação de consultas.

Segundo as apurações preliminares da PF, a ex-secretária municipal de Saúde, Marcelle Neyda, seria a responsável por usar a estrutura das marcações de exames para tentar obter vantagens eleitorais. Ela foi candidata a vereadora nas eleições municipais de 2024, conquistou 736 e não foi eleita.

Outro nome incluído nas investigações é a prima da então secretária municipal de Saúde, Maria Clara Pires dos Santos. Segundo as investigações, foram registradas consultas em clínica médica, mastologia, ginecologia, neurologia e marcações de especialidades relacionadas ao envelhecimento.

O ex-subsecretário de Saúde Altamiro do Nascimento Costa também consta na lista de investigados com marcações na fila de exames e consultas do Sisreg. Ele também foi candidato a vereador em Queimados, obteve 102 votos e não foi eleito.

O *Estadão* tentou contato com os investigados, mas sem sucesso até a publicação deste texto. A Câmara Municipal de Saúde e a Prefeitura de Queimados ainda não se pronunciaram sobre as investigações.

## DITADURA TRUMP

## Estados entram com ação contra fim de cidadania

Procuradores-gerais de 18 estados, além do Distrito de Columbia e da cidade de São Francisco, entraram com uma ação ontem, para barrar uma ordem executiva do presidente Donald Trump que visa eliminar a cidadania por nascimento nos EUA, que garante que crianças nascidas no país são cidadãs, independentemente do status de seus pais. A medida, assinada na segunda-feira, é parte das promessas de campanha de Trump, mas enfrenta forte oposição e deve desencadear uma longa batalha judicial.

O procurador-geral de Nova Jersey, Matt Platkin, destacou que o presidente não tem poder para invalidar a 14ª Emenda, en-

quanto William Tong, procurador-geral de Connecticut, disse que "o fato de Trump estar completamente errado não o impedirá de causar sérios danos agora às famílias americanas".

Grupos de defesa dos imigrantes, como a União Americana pelas Liberdades Civis (ACLU, na sigla em inglês), também recorreram à Justiça para

declarar a ordem inconstitucional, ressaltando o impacto sobre crianças.

A iniciativa de Trump já enfrenta resistência de estados como Califórnia, Nova York e Massachusetts, que, junto a outros, argumentam que a cidadania por nascimento é um direito garantido constitucionalmente.

## Ameaça ao Brics: se prejudicarem os Estados Unidos, não vão ficar felizes

DANIEL TOZZI MENDES E THAIS PORSCH/AE

O recém-empossado presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, disse na noite de segunda-feira passada, que os países membros do Brics estavam tentando "dar a volta" nos Estados Unidos e que, se isso ocorrer, "não vão ficar felizes".

"Eu acho que (os países do Brics) estavam procurando prejudicar os Estados Unidos, e se fizerem isso, não ficarão felizes com o que vai acontecer", disse Trump, que considera que os

EUA não possuem "bons acordos" com a maioria dos países. "Nós não fazemos nenhum bom acordo. Temos um déficit com quase todos", afirmou o novo chefe da Casa Branca.

Em relação especificamente à China, Trump lembrou que, em seu primeiro mandato, impôs "grandes tarifas" aos produtos do país, especialmente no aço, o que ajudou a manter empresas de siderurgia funcionando nos EUA. Ele não deu mais detalhes sobre futuras tarifas contra países asiáticos, mas pontuou que tem reuniões e telefonemas agenda-

dos com o presidente Xi Jinping para tratar do assunto.

Trump acrescentou ainda, que, por ora, os EUA ainda "não estão prontos" para implementar novas tarifas universais.

## ITAMARATY

A secretária-geral do Ministério das Relações Exteriores, Maria Laura da Rocha, que comanda a pasta temporariamente enquanto o ministro Mauro Vieira está fora, disse ontem, que o Brasil vai analisar as declarações do novo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Ele to-

cou posse na segunda-feira, e disse que os EUA não precisam do Brasil e da América Latina.

"O presidente Trump pode falar o que ele quiser, ele é presidente eleito nos Estados Unidos e nós vamos analisar cada passo das decisões que forem sendo tomadas pelo novo governo. Mas acredito que, como somos um povo que acredita, que tem fé na vida, que tudo vai dar certo sempre. Nós vamos procurar trabalhar não as nossas divergências, mas as nossas convergências, que são muitas", declarou ela.

## FRANÇA

## Era Trump: Macron pede para Europa 'acordar' e gastar mais em Defesa

O presidente da França, Emmanuel Macron, chamou a Europa para "acordar" e gastar mais com Defesa, com o objetivo de reduzir a dependência dos Estados Unidos, durante discurso para militares franceses na segunda-feira.

Macron se referiu às esperadas mudanças na política exter-

na de Washington, especialmente em relação à guerra na Ucrânia, com a posse de Donald Trump, dizendo que trata-se de uma "oportunidade para um despertar estratégico europeu". "O que faremos na Europa amanhã se nosso aliado americano retirar seus navios de guerra do

Mediterrâneo? Se enviarem seus caças do Atlântico para o Pacífico?", questionou o líder francês.

Trump criticou o custo da guerra na Ucrânia para os contribuintes dos Estados Unidos por meio de grandes pacotes de ajuda militar e deixou claro que quer transferir mais do ônus fis-

cal para a Europa.

Para Macron, a França e a Europa precisam se adaptar às ameaças e aos interesses de mudança. "Quem poderia imaginar há um ano que a Groenlândia estaria no centro dos debates políticos e estratégicos? É assim que é", disse.

## CONFLITOS À VISTA

## Putin e presidente da China conversam sobre laços entre os países, após Trump

O presidente russo, Vladimir Putin, conversou ontem com o presidente chinês, Xi Jinping, e enfatizou seus laços estreitos um dia depois de Donald Trump ter sido empossado como o 47º presidente dos EUA. Os dois líderes discutiram seus possíveis contatos com o governo Trump durante a videochamada que durou mais de uma hora e meia, disse o Kremlin.

Na chamada com Xi, Putin enfatizou que as relações Rússia-China se baseiam em interesses compartilhados, igualdade e

benefícios mútuos, observando que "não dependem de fatores políticos internos e do atual ambiente internacional".

"Apoiamos conjuntamente o desenvolvimento de uma ordem global multipolar mais justa e trabalhamos para garantir uma segurança indivisível na Eurásia e no mundo como um todo", disse Putin a Xi em declarações transmitidas pela televisão estatal russa. "Os esforços conjuntos da Rússia e da China desempenham um importante papel estabilizador nos assun-

tos globais".

Xi elogiou igualmente a sua estreita cooperação, expressando a sua disponibilidade para trabalhar em conjunto com Putin para "levar as relações China-Rússia a um nível mais elevado, para lidar com a incerteza do ambiente externo com a estabilidade e resiliência das relações China-Rússia", e para "salvaguardar a imparcialidade e a justiça internacionais". Ele enfatizou que a Rússia e a China deveriam "continuar a aprofundar a coo-

peração estratégica, apoiar-se mutuamente e salvaguardar os interesses legítimos dos dois países".

Embora nenhum dos líderes tenha mencionado diretamente Trump no fragmento televisivo da sua teleconferência, o Kremlin disse que abordou possíveis contactos com a nova administração dos EUA. O presidente chinês conversou por telefone na sexta-feira passada com Trump e expressou esperança de laços positivos com os EUA.

## TRAGÉDIA

## Incêndio em hotel na Turquia deixa ao menos 66 mortos e 51 feridos

Um incêndio atingiu um hotel de 12 andares em uma popular estação de esqui no noroeste da Turquia na manhã de ontem durante um feriado escolar, matando pelo menos 66 pessoas - pelo menos duas delas quando pularam do prédio para escapar das chamas, disseram autoridades.

Pelo menos 51 pessoas também ficaram feridas no incên-

dio no hotel Grand Kartal em Kartalkaya, nas montanhas Koroglu, na província de Bolu, cerca de 300 quilômetros a leste de Istambul, disse o ministro do Interior, Ali Yerlikaya. O incêndio ocorreu perto do início das férias de inverno de duas semanas para as escolas, quando os hotéis da região estão lotados.

"Estamos com muita dor. In-

felizmente, perdemos 66 vidas no incêndio que deflagrou neste hotel", disse Yerlikaya aos jornalistas depois de inspecionar o local.

O governo nomeou seis promotores para liderar uma investigação sobre o incêndio, que se acredita ter começado na seção de restaurantes do hotel. O ministro da Justiça, Yilmaz Tunc, disse que quatro

peças, incluindo o proprietário do hotel, foram detidas para interrogatório como parte da investigação.

O presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, anunciou um dia de luto nacional a ser observado hoje. Todas as bandeiras em edifícios governamentais e na missão diplomática turca no exterior seriam reduzidas a meio mastro, disse ele.

## RJ-MG

## BR-040 será relicitada em 30 de abril

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A principal ligação rodoviária entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais, BR-040, vai ser relicitada no dia 30 de abril. O edital de concessão prevê ainda a finalização do trecho chamado de Subida da Serra, que leva a Petrópolis, na região serrana fluminense. As obras estão paradas há mais de oito anos.

O aviso de leilão foi publicado no Diário Oficial da União da última segunda-feira. O edital foi aprovado na sexta-feira passada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

O edital prevê investimentos mínimos obrigatórios de R\$ 8,8 bilhões, sendo R\$ 5 bilhões em infraestrutura e R\$ 3,8 bilhões na operação, o que inclui o pagamento de salários, por exemplo. O trajeto para exploração da iniciativa privada soma 218,9 quilômetros (km), formado por três trechos:

- Trecho mineiro da BR-040: do entroncamento com a antiga União e Indústria (Bairro Triunfo), em Minas, até a divisa com o Rio.

- Trecho fluminense da BR-040: da divisa até o entroncamento com a BR-116/RJ (Trevo das Missões), no Rio de Janeiro.

- Rodovia BR-495/RJ: do entroncamento com a BR-040/RJ em Itaipava até o entroncamento com a BR-040/RJ no Rio de Janeiro.

Essa última parte engloba a finalização das obras da subida da serra de Petrópolis, iniciadas em maio de 2013 e paradas desde julho de 2016, por desentendimentos entre a Companhia de Concessão Ro-

doviária de Juiz de Fora - RJ (Concer) e a União, que representa o governo brasileiro no contrato de concessão.

## PRIMEIRA CONCESSÃO

A Concer, empresa do Grupo Triunfo, administra o trecho Rio-Juiz de Fora da BR-040 desde 1996. O prazo de exploração terminaria em 2021, mas a empresa conseguiu a prorrogação na Justiça, alegando desequilíbrio no contrato, ou seja, gerava prejuízo à companhia, por causa da obrigação de realizar as obras. A Concer diz que cerca de 50% da construção foi executada.

Os três trechos a serem relicitados passam por ao menos nove municípios fluminenses e mineiros, onde moram 1,8 milhão de pessoas.

De acordo com o relatório de sustentabilidade da concessionária, o trecho concedido registrou a passagem de 25,1 milhões de veículos pagantes de pedágio em 2023. A arrecadação foi de R\$ 259 milhões. No entanto, o ano terminou com prejuízo de R\$ 11 milhões.

## LEILÃO

O estudo de viabilidade econômica da concessão foi aprovado pelo Ministério dos Transportes. O processo de relicitação foi iniciado pela ANTT em 2021, contou com audiência pública e foi aprovado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em novembro de 2024.

De acordo como a ANTT, o trecho a ser explorado pela iniciativa privada é também relevante na rodovia radial que faz a ligação entre Brasília e Rio de Janeiro.